



Holding do Araguaia S.A.

CNPJ/ME nº 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.099

Relatório da Administração 2022

Senhores Acionistas

A administração da Holding do Araguaia S.A. ("Companhia"), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício de 2021.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico, sediada na Avenida Juscelino Kubitschek, 500 - Jundiaí, no município de Anápolis - GO, foi constituída em 22 de novembro de 2011 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/4/14/080/TG/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 18.c das Demonstrações Financeiras da Companhia. A controladora possui algumas obrigações a serem cumpridas antes do início da cobrança das praças de pedágio. Dentre elas destacavam-se: (i) obras a serem entregues nos primeiros 6 meses da concessão; 19 Bases de Serviços Operacionais e o início da operação com atendimento médico de emergência, socorro mecânico, combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio (obras concluídas e operação iniciada em 06 de abril de 2022); e (ii) obras com 12 meses da concessão: implantação de 9 praças de pedágio, 2 pontos de parada e descanso para caminhoneiros, além dos trabalhos iniciais que inclui diversas frentes para melhorar o trecho rodoviário e oferecer condições mínimas de segurança viária. Após realizadas as obras, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, realizou as vistorias de acordo com suas prerrogativas e edital de concessão e autorizou o início da cobrança de pedágio a partir de 03 de outubro de 2022. Práticas Contábeis: As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas

internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras. Resultados Operacionais: O volume de tráfego consolidado em veículos e equivalentes pagantes totalizou 11.282 mil em 2022, sendo 2.293 mil veículos leves e 8.989 mil veículos pesados. A controladora Ecovias do Araguaia iniciou a cobrança de pedágio nas nove praças das rodovias BR-153/4/14/080/TG/GO em 03 de outubro de 2022. A tarifa média consolidada por veículo equivalente pagante foi de R\$10,35 em 2022. Resultados Económicos e Financeiros: Receita Bruta: A receita bruta consolidada totalizou R\$890,4 milhões em 2022. As deduções sobre a receita bruta consolidada somaram R\$9,7 milhões. Receita de Pedágio: R\$116,7 milhões em 2022, devido ao início da cobrança de pedágio da controladora Ecovias do Araguaia nas nove praças das rodovias BR-153/4/14/080/TG/GO em 03 de outubro de 2022. Receita de Construção: R\$773,7 milhões em 2022, devido ao cronograma de obras no período da controladora Ecovias do Araguaia. Para maiores informações sobre a receita, vide Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras da Companhia. Custos Operacionais e Despesas Administrativas: Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$878,3 milhões em 2022. Desconsiderando o custo de construção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$82,2 milhões. Pessoal: R\$16,4 milhões em 2022, aumento de R\$13,9 milhões, devido às despesas com salários, benefícios e encargos incorridos pelo início das atividades operacionais. Conservação e Manutenção: R\$2,8 milhões em 2022, devido, principalmente, às despesas com limpeza manual e material de sinalização; Serviços de terceiros: R\$40,4 milhões em 2022, aumento de R\$34,8 milhões devido, principalmente, ao incremento dos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., serviços de ambulâncias, resgates e vigilância. Seguros, Poder Concedente e Locações: R\$15,5 milhões em 2022, aumento de R\$12,0 milhões em 2022, aumento de R\$6,4 milhões, principalmente, pelos gastos com combustíveis de veículos leves e pesados, água e luz. Depreciação e amortização: R\$22,4 milhões em 2022, aumento de R\$ 22,3 milhões, devido ao início da amortização dos bens da concessão, em função do início da arrecadação na controladora Ecovias do Araguaia; e Custo de construção: R\$773,7 milhões em 2022, aumento R\$754,2 milhões, devido ao maior volume de obras no período da controladora Ecovias do Araguaia. Para maiores informações sobre os custos operacionais e despesas administrativas, vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeira da Companhia. EBITDA e Margem EBITDA: Em 2022, o EBITDA totalizou R\$42,8 milhões. O EBITDA Ajustado (excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção) totalizou R\$24,8 milhões e a margem EBITDA Ajustada foi de 23,2%.

Resultado Financeiro: O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$25,7 milhões, aumento de R\$25,0 milhões em relação a 2021, impactado negativamente pelos juros e variação monetária sobre dебéntures, compensado positivamente pelo maior volume de receitas sobre aplicações financeiras e pela capitalização dos juros sobre o endividamento. Para maiores informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeira. Prejuízo do Exercício: Em 2022, a Companhia apresentou prejuízo de R\$220,3 milhões. Disponibilidade e Endividamento Consolidado: A Companhia encerrou o exercício de 2022 com saldos distribuídos entre de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo no valor de R\$220,3 milhões e dívida bruta, composta por dебéntures, no valor de R\$2,134,4 milhões, sendo 99,2% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com o Poder Concedente era de R\$1,0 milhão e a dívida com Passivo de Arrendamento era de R\$41,6 milhões da controladora Ecovias do Araguaia. Para maiores informações sobre o endividamento da Companhia, vide Nota Explicativa nº 14, 15 e 18 das Demonstrações Financeiras. Investimentos: Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$1,016,0 milhões em 2022 devido aos investimentos em recuperação de pavimentação e implantação das praças de pedágio na controladora Ecovias do Araguaia.

Governança Corporativa: As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Relacionamento com os Auditores Independentes: Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2022: Auditorias das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"). Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBR TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity), ambos para a Companhia e sua controladora. Os honorários consolidados relativos ao exercício de 2022 totalizaram R\$32,07 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente. Declaração da Diretoria: A Diretoria da Holding do Araguaia S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social fino em dezembro de 2022.

São Paulo - SP, 15 de março de 2023.

A Administração

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Fins em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$ - exceto o valor do lucro ou ação)

	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	Nota explicativa	Controladora	Consolidado
Ativo Circulante	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	Nota explicativa
Caixa e equivalentes de caixa...	5	8.052	11.679	165.404	403.630	Fornecedores.....	4	365	20.901	8.981	-	R\$25,0 milhões em relação a 2021, impactado negativamente pelos juros e variação monetária sobre dебéntures, compensado positivamente pelo maior volume de receitas sobre aplicações financeiras e pela capitalização dos juros sobre o endividamento. Para maiores informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeira. Prejuízo do Exercício: Em 2022, a Companhia apresentou prejuízo de R\$220,3 milhões. Disponibilidade e Endividamento Consolidado: A Companhia encerrou o exercício de 2022 com saldos distribuídos entre de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo no valor de R\$220,3 milhões e dívida bruta, composta por dебéntures, no valor de R\$2,134,4 milhões, sendo 99,2% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com o Poder Concedente era de R\$1,0 milhão e a dívida com Passivo de Arrendamento era de R\$41,6 milhões da controladora Ecovias do Araguaia. Para maiores informações sobre o endividamento da Companhia, vide Nota Explicativa nº 14, 15 e 18 das Demonstrações Financeiras. Investimentos: Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$1,016,0 milhões em 2022 devido aos investimentos em recuperação de pavimentação e implantação das praças de pedágio na controladora Ecovias do Araguaia.
Aplicações financeiras.....	6	396	813	8.163	28.383	Debêntures.....	15	16.836	12.622	37.675	12.622	-
Aplicações financeiras - conta reserva.....	7	-	-	23.310	-	Obrigações sociais.....	14	-	-	9.669	-	-
Clientes.....	8	-	-	29.859	-	Imposto e Contribuições a recolher.....	10	37	5.947	963	-	-
Partes relacionadas.....	16	26	-	201	73	Partes Relacionadas.....	16	4	41.042	5.670	-	-
Tributos a recuperar.....	212	103	-	12.459	2.686	Obrigações com Poder Concedente.....	18	-	-	8.765	914	-
Despesas antecipadas.....	43	-	-	1.836	1.361	Concedente.....	18	-	-	-	-	-
Dividendos a receber.....	4.434	182	-	-	3.605	Provisão para imposto de renda e contribuição social.....	13.c)	-	-	6.982	-	-
Total ativo circulante.....	9.a)	-	-	23.014	3.605	Provisão para construção.....	17	-	-	614	876	-
Outros créditos.....	-	-	-	-	-	Outras contas a pagar.....	-	-	-	4.940	-	-
Total ativo circulante.....	13.163	12.777	-	264.246	439.738	Total passivo circulante.....	16.854	13.034	139.484	31.591	-	-
Não Circulante						Não Circulante						
Aplicações financeiras.....	-	-	-	-	-	Debêntures.....	15	1.508.554	1.377.448	2.096.716	1.377.448	-
- conta reserva.....	7	-	-	-	-	Passivo de arrendamento.....	14	-	-	31.932	-	-
Outros créditos.....	-	-	-	-	-	Obrigações com Poder Concedente.....	18	-	-	1.115.917	1.072.617	-
- conta reserva ANTT.....	9.b)	-	-	-	-	Provisão para construção.....	17	-	-	16.038	11.114	-
Investimentos:	-	-	-	-	-	Outras contas a pagar.....	-	-	-	14.183	681	-
Em controladas.....	10	2.126.486	1.976.926	-	-	Total passivo não circulante.....	1.508.554	1.377.448	3.277.475	2.461.860	-	-
Imobilizado.....	11	-	-	-	-	Patrimônio Líquido						
Intangível.....	12	-	-	-	-	Capital social.....	19.a)	661.150	612.883	661.150	612.883	-
Total ativo não circulante.....	2.126.486	1.976.926	3.766.954	2.652.934	-	Prejuízo acumulado.....	(46.909)	(13.662)	(46.909)	(13.662)	-	-
Total ativo.....	2.139.649	1.989.703	4.031.200	3.092.672	-	Total do patrimônio líquido.....	614.241	599.221	614.241	599.221	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado	
Receitas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	Equivalência Patrimonial	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Com arrecadação de pedágio.....	-	-	116.719	-	Valor Adicionado Total a Distribuir	18.883	517	79.255	4.370
Com construção.....	-	-	773.657	19.493	Distribuição do Valor Adicionado	18.883	517	79.255	4.370
Insumentos Adquiridos de Terceros	-	-	890.376	19.493	Pessoal.....	35	58	16.398	2.595
Custo dos serviços prestados.....	-	-	(820.502)	(24.079)	Remuneração direta.....	35	58	13.671	2.266
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.....	(947)	(843)	(16.571)	(5.005)	Benefícios.....	-	-</		

Continuação

internacionais de contabilidade em 2022. Embora o IASB tenha feito algumas alterações nas normas que se aplicam a partir de 1º de janeiro de 2022, elas são em grande parte esclarecimentos. Dessa forma, nenhuma das referidas alterações exigiu alteração nas políticas contábeis da Companhia, tampouco gerou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações. **i) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adição antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo pagamento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço fazem a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduziu requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. A alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis ("material") a invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicitam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

j) Prejuízo básico e diluído por ação: Prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação suportando a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. **k) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. **l) Demonstração do valor adicionado (DVA):** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

4. Principais Usos de Estimativas e Julgamentos

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulares e não circulares; • Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • Impairment: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituida provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Contabilização dos Contratos de Concessão: Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. A divulgação para o Contrato de Concessão da controlada da Companhia e suas características estão descritas na Nota Explanativa nº 18.c). Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefícios econômicos futuros / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas só no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente é dada devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o CPC01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pelo remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresas do Grupo EcoRodovias que efetuam os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. Capitalização dos custos de debêntures: Conforme descrito na Nota Explanativa 3.e, a Companhia capitaliza os custos de debêntures diretamente atribuíveis àquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês. Determinação do ajuste ao valor, presente de determinados ativos e passivos: A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a elas associadas. Em 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção do fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 6,26% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPO (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês) calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. Caixa e Equivalentes De Caixa: Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Aplicações Financeiras

Controladora	Consolidado		
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos.....	6.073	3	6.073

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Os Itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária.

Em 30 de setembro de 2022, as principais adições nesta rubrica referem-se a: implantações de infraestrutura para início da operação. (ii) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2022 foram de 0,40% a.a. (iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2022 referem-se a: trabalhos iniciais para operação na rodovia (projeto funcional, implantação de bases

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 100,0% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,4% em 31 de dezembro de 2022 (103,1% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui - aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

7. Aplicações Financeiras - Conta Reserva - Consolidado: As aplicações financeiras - conta reserva, são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

8. Clientes - Consolidado: Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

9. Outros Créditos - Consolidado

a) Ativo Circulante: Os principais valores alocados na rubrica "Outros créditos" no ativo circulante referem-se a: (i) R\$1.021 estoque de materiais de insumos; e (ii) R\$14.050 custos antecipados de empréstimos, que serão reclassificados para "Empréstimos e financiamentos", quando da emissão das dívidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco da Amazônia S.A. - BASA.

b) Conta Reserva

Recurso vinculado.....

10. Investimentos

Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, sendo sua contrapartida na rubrica "Obrigações com Poder Concedente", cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do

Controle das investidas

Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, sendo sua contrapartida na rubrica "Obrigações com Poder Concedente", cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do

Contrato de Concessão da controlada. Em 26 de agosto de 2022, a controlada, em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, assinou com o Banco Bradesco S.A., contrato de prestação de serviços de depósito, no qual foram definidos os termos para as alocações das "Contas Vinculadas", de acordo com o Contrato de Concessão. A conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante registrado à título de "receita de aplicação financeira" é de R\$37.628. Adicionalmente, conforme cláusula 11 do contrato de concessão, é aplicada a retenção sobre a receita bruta auferida, para eventual utilização em futuros reequilíbrios contratuais dos seguintes percentuais: 3% ao longo do prazo de concessão; e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão.

11. Imobilizado - Consolidado

Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

12. Intangível - Consolidado

Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Os juros capitalizados que tem o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

13. Imposto de Renda e Contribuição Social

Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tales diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. **a) Tributos diferidos:** A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos e tributos diferidos constituídos considerando a aliquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) e têm a seguinte composição e movimentação para o exercício:

14. Passivo de Arrendamento

Política contábil: Imposto de renda e contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tales diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. **a) Tributos diferidos:** A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com

Continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Holding do Araguaia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Holding do Araguaia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Holding do Araguaia S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 20)

A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão.

Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.

Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 12)

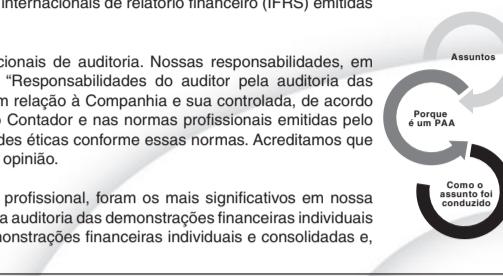
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 2.499.140 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.

A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil.

Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia.

Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia.

Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos.

Avalemos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantermos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas.

- Concluímos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos a adequação da utilização, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas.

- Concluímos a adequação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumplimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2023

pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-7

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Governo Lula usa modelo sem transparência para repasses indicados pelo Congresso

No torno lá, dá cá com o Congresso, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai começar a transferir bilhões de reais do caixa federal para aumentar a base de apoio, sem qualquer transparência. O Palácio do Planalto elaborou um modelo de negociação que mantém em segredo o nome dos parlamentares que definirão para onde vão os recursos públicos que ficam sob controle dos ministérios, retomando uma prática

Mauricio de Sousa se candidata à Academia Brasileira de Letras

Mauricio de Sousa quer ser imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL). O cartunista e criador da Turma da Mônica anunciou na quarta-feira, 15, sua candidatura à cadeira 8, que era ocupada por Cleonice Berardinelli, morta no dia 1º de fevereiro, aos 106 anos. Mauricio de Sousa visitou a ABL recentemente e oficializou sua candidatura no dia 10 de março.

"Esta candidatura é para reunir esforços com todos os acadêmicos em levar a importância desta entidade secular para que crianças e jovens conheçam mais a nossa literatura e grandes autores que por lá estão e já estiveram", disse o cartunista de 87 anos, em comunicado. "Quando jovem, depois que me alfabetizei com os gibis, eu lia um livro por dia e os grandes escritores brasileiros foram minha companhia e me ajudaram a ser o que sou hoje. Quero devolver esse carinho com muito trabalho em prol dos autores brasileiros e também dos quadrinhos", completou.

A história de Mauricio de Sousa - Mauricio de Sousa nasceu em 27 de outubro

ca amplamente adotada no orçamento secreto pelo orçamento secreto pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

No começo do mês, três ministros do governo assinaram portaria para estabelecer como vai ser o processo de pagamento de emendas parlamentares - verbas indicadas por deputados e senadores para suas bases eleitorais e repassadas pelo Executivo em troca de apoio político no Legislativo.

Parte do montante é o espolio do orçamento secreto, derrubado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Inclui ainda

outras verbas incluídas pelos parlamentares no Orçamento de 2023.

No total, Lula terá até R\$ 100 bilhões para negociar, dos quais R\$ 16 bilhões foram incluídos na peça orçamentária a pedido de representantes do Centrão, que pressionam Lula a liberar o dinheiro.

São verbas para bancar, por exemplo, pavimentação de ruas, construção de rodovias, compra de tratores e manutenção de

postos de saúde. Como o Estado revelou, durante o funcionamento do orçamento secreto, parlamentares escolhidos a dedo pelo governo Bolsonaro promoveram compras com indícios de sobrepreço, contratação direcionada de empresas de amigos e familiares dos políticos e concentração de recursos em redutos do Centrão. Em dezembro, o Supremo declarou o orçamento secreto inconstitucional.

Portaria - Parte da premissa

do orçamento secreto foi ressuscitada na portaria assinada pelos ministros Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais).

O documento entregou a Padilha o poder de centralizar a negociação com o Congresso de verbas controladas diretamente pelo Executivo, sem necessidade de equidade na divisão dos recursos ou transparência na indicação.

Deputados estaduais de SP tomam posse em legislatura que teve 42% de renovação

Foi realizada quarta-feira, 15, a primeira sessão de 2023 da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), em que foram empossados os 94 deputados estaduais eleitos e reeleitos para a 20ª legislatura.

A Alesp passou por uma renovação de 42%. Dos 94 deputados empossados esta quarta-feira, 15, 60 fazem parte da base de apoio do governador Tarso Genro.

Desenhista desde a infância, alfabetizado com a ajuda de gibis, ele se mudou para São Paulo para tentar trabalhar como ilustrador. Naquela ocasião, só conseguiu uma vaga como repórter policial na Folha da Manhã.

Sua primeira tira, com Franjinha e Bidu, saiu em 1959. Em 1970, ele lançou a revista Mônica. Outros personagens - hoje são 400, no total - também ganharam suas próprias revistas.

Suas tirinhas são publicadas em diversos veículos brasileiros - no Estadão, inclusive - e os personagens inspiraram peças de teatro, desenho na televisão, parque temático e muitos outros produtos culturais e comerciais.

A novidade mais recente com relação aos seus personagens é que Chico Bento vai ser tema de um filme, com um influencer mirim Isaac Amendoim no papel principal.

Freitas (Republicanos), que fez questão de prestigiar presencialmente a cerimônia de posse do novo corpo legislativo paulista.

No seu discurso, o governador prestou homenagens aos novos parlamentares e disse que deposita toda confiança na capacidade dos eleitos em contribuir para aprovação dos projetos do Executivo em prol da população de São Paulo e em

especial dos mais pobres. "Espero que cada deputado possa fazer a diferença. São muitos os desafios do nosso Estado. Nós temos a questão das pessoas em situação de rua, das pessoas em áreas de risco, das pessoas que dependem do SUS e os nossos jovens que precisam de educação de qualidade para ingressar no mercado de trabalho", disse o governador.

Tarcísio falou também dos desafios econômicos e para o desenvolvimento. Ele disse que São Paulo precisa aproveitar a oportunidade de se reindustrializar e assumir o protagonismo de trazer a economia marrom para uma economia verde.